O ROMPIMENTO DE LIST COM A ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA: REFLEXÕES SOBRE AS CRÍTICAS DIRECIONADAS A ADAM SMITH

List's break with Classical Political Economy: Reflections on critiques directed at Adam Smith

Diego Eymard

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia da UNIFAL, graduado em Ciências Econômicas pela UFSJ. Vice-Coordenador e Professor do Departamento de Economia Maria Smith-Falkner do Centro de Estudos Interdisciplinares (CEI) do Instituto Soyuz. Membro do Corpo Editorial da Revista Ypi. Pesquisador vinculado à CNPq.

Resumo

Este artigo tem como objetivo explorar o rompimento de Friedrich List com a economia política clássica, por meio da análise das críticas que ele direciona a Adam Smith, um dos principais expoentes dessa escola. Para isso, foram investigados os textos fundamentais de ambos os autores, a fim de extrair as bases de suas teorias econômicas. Identificou-se que, enquanto Smith desenvolve sua teoria econômica a partir da perspectiva dos indivíduos, List adota uma abordagem centrada na nação, opondo-se ao que ele denominou “economia cosmopolítica” e ao individualismo. Essa análise revela as diferenças essenciais das abordagens de Smith e List, destacando a contribuição pioneira de List para a teoria econômica e sua crítica nacionalista à economia política clássica. O artigo, portanto, reitera a importância do contexto nacional nas reflexões econômicas de List e seu distanciamento em relação ao pensamento econômico dominante da primeira metade do século XIX.

Palavras-chave: Friedrich List; Adam Smith; escola clássica; escola histórica alemã

Abstract

This article aims to explore Friedrich List's break with classical political economy by analyzing his critiques of Adam Smith, one of the leading figures of this school. For this purpose, the fundamental texts of both authors were examined to extract the bases of their economic theories. It was found that while Smith develops his economic theory from the perspective of individuals, List adopts a nation-centered approach, opposing what he termed “cosmopolitan economy” and individualism. This analysis reveals the essential differences in the approaches of Smith and List, highlighting List's pioneering contribution to economic theory and his nationalistic critique of classical political economy. The article, therefore, emphasizes the importance of the national context in List's economic reflections and his departure from the dominant economic thought of the first half of the 19th century.

Keywords: Friedrich List; Adam Smith; classical school; german historical school

Introdução

Neste trabalho, analiso as principais críticas de Friedrich List (1789-1846) a Adam Smith (1723-1790), no que tange às discussões do que seria a economia política e de quais seriam os focos de uma teoria desse campo.

Promotor das ideias que seriam desenvolvidas pela escola histórica alemã, List pensa a economia política como uma ciência nacional, voltada para os interesses da nação, enquanto Smith a encara como um estudo das forças econômicas dos indivíduos organizados em uma sociedade comercial. A contraposição entre a escola clássica de Smith e a escola histórica alemã se evidenciará conforme as críticas do segundo autor contra o primeiro forem expostas.

Para isso, realizei uma leitura das principais obras dos dois autores: *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações* (1776), de Smith, e *Sistema nacional de economia política* (1841), de List, com o auxílio de interpretações de comentadores e estudiosos sobre o assunto.

No primeiro capítulo, *Adam Smith e alguns pressupostos da economia política*, evidencio que o ponto de partida de Smith é a divisão do trabalho e que propõe existir uma harmonia social resultante da aplicação das forças econômicas pelos indivíduos, cada um em sua respectiva função, motivados pelo autointeresse. No segundo capítulo, encontro no pensamento de List a centralidade do conceito de “nação”¹ para a elaboração de sua teoria econômica e observo que, desse ponto de vista nacional e em contraposição ao que ele chama de “economia cosmopolita”, está o rompimento com os pressupostos individualistas colocados por Smith.

Adam Smith e alguns pressupostos da economia política

Adam Smith foi o responsável por derrubar os paradigmas dos mercantilistas, para quem a riqueza deveria ser aumentada através de uma balança comercial favorável; e da escola fisiocrata, que colocava a agricultura como a única fonte de riqueza. A saber, Smith viveu o capitalismo em sua fase manufatureira, isto é, nos primórdios do capitalismo industrial. A manufatura já continha em sua configuração a divisão da sociedade em duas classes: uma de capitalistas industriais, os donos das manufaturas, e outra de trabalhadores contratados, aparecendo, então, as duas formas de rendimento tipicamente capitalistas: o lucro industrial do capitalista e o salário dos trabalhadores (Rubin, 2014).

¹ Para List (2006), o conceito de “nação” refere-se a uma comunidade política e econômica com interesses particulares, cuja prosperidade depende do crescimento harmonioso de setores como a agricultura, a manufatura e o comércio, bem como da proteção e promoção de suas indústrias nacionais.

Por esse motivo, o conceito de divisão do trabalho se revela como central na filosofia social de Smith. Nos capítulos iniciais de *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações* (1776), Smith procura na divisão do trabalho as causas da riqueza das nações. Para ele, a divisão do trabalho refere-se ao processo pelo qual o trabalho em uma sociedade é dividido em tarefas especializadas, permitindo que os indivíduos se tornem mais eficientes e produtivos em suas funções específicas. De acordo com Smith, a divisão do trabalho foi gerada pela troca, sendo uma “[...] consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana [...]: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra” (Smith, 1985, p. 49). Como salienta Curi (2016), na teoria de Smith, a propensão às trocas surgia “[...] como o elemento da essência humana capaz de amalgamar a sociedade preservando a autonomia de seus membros” (Curi, 2016, p. 79).

Nesta sociedade demarcada pela divisão do trabalho, as necessidades humanas só podem ser satisfeitas com a permuta dos diferentes produtos do trabalho de cada trabalhador. Portanto, “[...] todo homem subsiste por meio da troca, tornando-se de certo modo comerciante; e assim é que a própria sociedade se transforma naquilo que adequadamente se denomina sociedade comercial” (Smith, 1985, p. 57).

Por esta razão, Smith reivindica que as forças econômicas, baseadas na natureza humana, são o motor da sociedade comercial. Para ele, a propensão humana à troca é uma característica intrínseca, que supera obstáculos legais e políticos, permitindo que o progresso econômico abra “[...] uma via para si mesmo, independente da influência retardadora da má legislação que viola os princípios do direito natural” (Rubin, 2014, p. 214). Nesse sentido, o direito natural, para Smith, refere-se à ordem econômica baseada na tendência humana ao autointeresse e à troca. Ao desvincular a economia política da doutrina do direito natural tal como concebida pelos fisiocratas, Smith a transforma numa ciência que analisa as forças econômicas de forma mais abstrata, não através de leis imutáveis, mas de princípios gerais que refletem a ação humana em busca de seus interesses.

Em Smith, a tarefa do economista passa a ser estudar a atividade dessas forças econômicas imutáveis. Tais forças são colocadas como atributos dos indivíduos. Por carregar uma natureza propensa para melhorar a própria condição, o indivíduo realiza, a partir de suas aspirações, esforços naturais que conduzem ao progresso econômico de toda a sociedade. Se, para os fisiocratas², a condição do progresso era a implementação de um

2 A fisiocracia é uma escola do pensamento econômico francês que inaugura muitas das discussões que seriam desenvolvidas no decorrer da economia política clássica, como a discussão sobre como se dá a circulação e a distribuição do capital na sociedade capitalista, que é ilustrada no famoso *Quadro Econômico* (1758) de François Quesnay, uma tentativa de descrever a circulação do capital num ciclo produtivo entre três classes sociais – a dos produtores, a dos proprietários e a estéril (Quesnay, 1983, p. 262). Os fisiocratas sonhavam com uma economia que se baseasse num sistema dominado pelo empreendimento de grande escala, com grandes fazendas capitalistas tal qual a agricultura inglesa do século XVIII (Kuntz, 1984, p. 13),

sistema imutável de direito natural, para Smith passa a ser a atividade do homem econômico (Rubin, 2014).

Ao invés de explicar a natureza desse tipo de comportamento econômico a partir das condições sociais em que ele subsiste, Smith vê a sociedade de seu tempo apenas como uma condição adicional para a plena exteriorização das forças naturais do indivíduo. Se antes estas forças eram atravancadas pelo trabalho forçado escravista, ou pelo trabalho servil do feudalismo, agora, na sociedade burguesa, que para ele concede a máxima liberdade aos indivíduos, estes são livres para satisfazerem suas aspirações através de seus próprios esforços. As características da sociedade burguesa se transformam em formas eternas e naturais da economia, em contraposição às formas artificiais do passado (Rubin, 2014, p. 216).

A sociabilidade é então vista por Smith como a interação dos indivíduos, isolados uns dos outros, no interior da sociedade de mercado. Esta interação é tomada como a troca de mercadorias, uma característica que aparece como permanente aos indivíduos e independente de instituições, isto é, todos possuem certa propensão a trocar, dados os seus interesses pessoais: “Um interesse pessoal individual o torna apto a estabelecer trocas com outras pessoas; e a aspiração à troca [...] produz, por sua vez, a divisão do trabalho entre as pessoas” (Rubin, 2014, p. 217).

Logo, é através da divisão do trabalho que Smith concebe a ideia de uma harmonização geral de interesses na sociedade: já que cada indivíduo e que cada empresa, considerados em sua singularidade, buscam alcançar o objeto de seus próprios interesses, o resultado dos diferentes esforços particulares só pode ser o benefício de toda a sociedade. Mas o autor só pôde ver o problema desse modo por não entender a diferença crucial entre divisão social do trabalho e divisão técnica do trabalho: enquanto a divisão social do trabalho se refere à especialização de empresas individuais em diferentes ramos de produção e à troca desses produtos no mercado, a divisão técnica do trabalho ocorre no interior de cada empresa singular, entre seus próprios trabalhadores. Com efeito, sua análise foca “[...] não nas formas sociais da divisão do trabalho, mas sobre suas vantagens materiais e técnicas no aumento da produtividade do trabalho” (Rubin, 2014, p. 228). Assim, Smith não conseguiu ver na divisão social do trabalho a luta pelo preço do produto, por exemplo, o que o fez superestimar a harmonia e ignorar as contradições e os antagonismos sociais.

A respeito desta harmonização geral de interesses na sociedade através de suas partes na figura dos indivíduos, em relação a ação dos ricos e dos pobres na sociedade, voltadas para a satisfação das próprias necessidades, Smith (2015) afirma que eles são conduzidos

e toda a teoria fisiocrata está ancorada nos princípios do direito natural (Rubin, 2014, p. 143).

[...] por uma mão invisível a fazer quase a mesma distribuição das necessidades da vida que teria sido feita, caso a terra fosse dividida em porções iguais entre todos os seus moradores; e assim, sem intenção, sem saber, promovem os interesses da sociedade, e oferecem meios para multiplicar a espécie (Smith, 2015, p. 226).

Esta harmonização está condicionada, portanto, à ação dos indivíduos motivados pelo autointeresse. Ao promover ações que são convenientes para si mesmos no contexto de uma sociedade comercial segmentada pela divisão do trabalho, os indivíduos contribuem para o progresso social. Do ponto de vista de Santos e Bianchi (2007), o autointeresse está baseado no conceito de amor-próprio, que não se resume a um simples instinto de sobrevivência e autopreservação, mas que possui projeções morais, políticas e econômicas na esfera social. Nesse contexto, o indivíduo, ao nutrir amor-próprio, preocupa-se não apenas com suas motivações egoístas de ascensão econômica, mas com o cuidado de si, o verdadeiro fundamento da criação de interesse para o que lhe diz respeito. Desse modo, os autores defendem que a mão invisível possui uma dimensão institucional, no sentido de que ela define e delimita o conjunto de escolhas abertas aos indivíduos.

Ainda que os conceitos de harmonia social, de mão invisível e de indivíduo³ sejam complexos no interior do pensamento de Smith, sua apropriação por economistas posteriores, como os marginalistas C. Menger e W. Jevons, foi bastante problemática. Desta apropriação surge, por exemplo, o conceito de *homo economicus*, que, como bem aponta Avila (2010), obedece ao objetivo de abstrair a conduta humana e resulta diretamente da combinação entre positivismo, individualismo metodológico, análise econômica e utilitarismo.

Toda a querela do *homo economicus* baseia-se no método dedutivo, que analisa os fenômenos a partir de premissas gerais e universais, muitas vezes desconectadas da realidade concreta. A ciência econômica concebe uma visão limitada do comportamento humano, na qual o *homo economicus* se converte num agente puramente racional, sempre em busca de maximizar seus prazeres e minimizar suas dores. No entanto, é importante destacar que essa visão é meramente uma tendência idealizada, não correspondendo necessariamente ao comportamento real dos indivíduos, que enfrentam limitações cognitivas, falta de informações e outras barreiras. A crítica mais comum ao conceito de *homo economicus* reside no fato de que ele ignora essas complexidades, apresentando um modelo de racionalidade que, embora útil teoricamente, muitas vezes não reflete a totalidade

3 Para Smith, *harmonia social* refere-se à ideia de que, quando os indivíduos buscam afirmar o seu autointeresse, eles contribuem, sem perceber, para o bem-estar da sociedade como um todo, graças à coordenação espontânea das ações econômicas de mercado. Já o conceito de *indivíduo* em Smith está relacionado ao papel central do ser humano como agente econômico racional, cuja liberdade de ação no mercado permite que o progresso econômico aconteça.

das ações humanas no contexto econômico.

Apesar de o conceito de *homo economicus* não ter sido cunhado por Smith, tampouco o método dedutivo ter sido utilizado por este autor, as primeiras formulações desta concepção partiram de sua teoria econômica pautada nas forças econômicas individuais. Por esse motivo, as críticas de List, no âmbito da escola histórica alemã, revelam-se como um importante prelúdio para o que viria a ser a chamada “batalha dos métodos” (*Methodenstreit*), protagonizada por G. Schmoller, do lado da escola histórica alemã e do método histórico e indutivo, e por C. Menger, do lado do marginalismo e do método dedutivo (De Mello Filho e Silveira, 2019).

List e a crítica à economia política

No prefácio de seu livro, *Sistema nacional de economia política*, Friedrich List expõe desde suas dúvidas iniciais em relação à teoria dominante da economia política até suas críticas mais elaboradas a ela. Observando seu próprio país, a Alemanha do século XIX, List (2006) rejeita o que chama de “cosmopolitismo” e propõe a substituição desse modo de ver a economia pela verdadeira natureza das coisas, pelas lições de história e pelas exigências das nações. Sua obra surge em um contexto de intensa transformação política e econômica na Alemanha, um período marcado pelo esforço de unificação dos Estados Alemães, cujo objetivo era fortalecer suas economias internas e se integrar ao cenário europeu. Nesse ínterim, List desenvolveu sua teoria econômica com o objetivo de promover a integração econômica dos Estados Alemães, reconhecendo que o livre comércio irrestrito beneficiaria apenas as nações já industrializadas.

Para List, a Alemanha, em processo de industrialização, precisava adotar políticas protecionistas para competir em pé de igualdade com potências como a Inglaterra. Daí o caráter central do conceito de nação enquanto uma comunidade política e econômica com interesses particulares, e aí está a chave para a compreensão de sua crítica à economia política clássica. Ele declara: “Como diferença característica do sistema por mim elaborado menciono a nacionalidade. O fundamento de todo o meu edifício é a natureza da nacionalidade enquanto membro intermédio entre individualidade e humanidade” (List, 2006, p. 78).

Opondo-se à escola clássica, List denunciou a falta de noção histórica e a generalização das particularidades feitas pelos teóricos que a compunham, bem como o individualismo e o naturalismo, para os quais apresentou como contraste o conceito de nação. Sobre o conceito de nação na obra de List, Filho (1999) faz a seguinte observação:

A nação, a unidade nacional, é o cimento aglutinador de um povo que é fundamentado na liberdade civil [...], na pujança e na perseverança de um povo

com determinação ao trabalho, nos nexos morais e éticos, no fardo material intelectual, nos recursos naturais e no potencial de sua agricultura e, sobretudo, de sua indústria (Filho, 1999, p. 108).

Com efeito, List (2006) se propôs a investigar, com base no método histórico, o desenvolvimento dos povos italiano, suíço, holandês, inglês, espanhol, português, francês, alemão, russo e norte-americano. Para todos esses povos, sua investigação demonstrou que a prosperidade econômica está diretamente associada à liberdade e ao aperfeiçoamento das instituições. Afinal, deslocando-se do terreno melindroso no qual Smith caiu ao colocar o indivíduo como motor do desenvolvimento, o alemão percebe que “[...] a História ensina que os indivíduos vão buscar a maior parte da sua força produtiva às instituições e às condições sociais” (List, 2006, p. 254)⁴.

Nesse contexto, enquanto Smith falava em interesses e aspirações individuais que convergiriam para um benefício coletivo, List defendia que os interesses dos indivíduos deveriam se concentrar num único objetivo: o progresso da nação – no caso de List, a Alemanha (Pereira, 2008). Não seriam, portanto, os esforços de cada indivíduo, orientados pelos próprios interesses, que gerariam o progresso da Alemanha, mas os esforços de cada indivíduo orientados pelos interesses nacionais.

Com esta diferença crucial, as teorias econômicas de Smith e de List tomam rumos diferentes. Se para Smith o conceito de forças produtivas remetia à força braçal de cada trabalhador, List, por outro lado, ampliou essa definição para incluir não apenas as habilidades técnicas de um indivíduo, mas também suas habilidades intelectuais, o que abrange investimentos na formação do trabalhador (Pereira, 2008, p. 94). Essa diferença, embora em parte decorrente de seus focos distintos, quais sejam, o indivíduo em Smith e a nação em List, também pode ser atribuída ao contexto histórico que cada autor vivenciou. Smith, contemporâneo dos primórdios da Revolução Industrial, enfatizava as capacidades físicas do trabalhador em um contexto ainda manufatureiro. Enquanto isso, List, escrevendo em uma época em que os avanços tecnológicos e a Revolução Industrial estavam mais desenvolvidos, reconhecia a crescente importância das habilidades técnicas e intelectuais, especialmente dentro da lógica de um Estado-Nação que precisava competir com outras nações industrializadas.

Em posse disso, List (2006) acusa Smith de ter tentado executar a tarefa de “[...] justificar a ideia cosmopolita da liberdade absoluta do comércio mundial”, ao invés de tra-

4 Embora List enfatize a importância das instituições para o crescimento econômico, essa crença na capacidade de as instituições promoverem vantagens aos indivíduos poderia ser vista, por alguns, como uma manifestação da racionalidade instrumental presente na teoria do *homo economicus*. Do mesmo modo que o indivíduo maximiza suas chances de sucesso investindo em instituições, as limitações dessas instituições também podem ser vistas como inerentes ao seu funcionamento. Nesse contexto, as críticas ao papel das instituições refletem diferentes ideias e contingências históricas, sem necessariamente implicar irracionalidade por parte dos sujeitos envolvidos.

tar “[...] da economia política, quer dizer, da política que as diversas nações têm de seguir a fim de progredir nas suas condições econômicas” (List, 2006, p. 268). No que tange à “economia cosmopolita” de Smith, List (2006) argumenta que no título da principal obra do escocês, evidencia-se sua preocupação com todas as nações humanas, sem se ater às particularidades de cada uma; não menos importante, ao longo da obra, Smith empenhou-se a colocar a economia mundial acima da “economia política ou nacional”, baseando-se na paz perpétua (List, 2006, p. 268).

Enfocando no conceito de forças produtivas, List (2006) argumenta que Smith estava “[...] demasiado influenciado pela ideia cosmopolita dos fisiocratas da ‘liberdade geral do comércio’, e pela sua própria grande descoberta da ‘divisão do trabalho’” (List, 2006, p. 287). Ao invés de perseguir a centralidade das forças produtivas para o aumento da riqueza, segundo List, Smith colocou apenas o trabalho material como causa da riqueza, pensada apenas enquanto coisas. Ao fazer isto, deixou de lado inúmeras questões concernentes às forças produtivas, como o trabalho intelectual “[...] daqueles que tratam da lei e ordem, cultivam o ensino e a religiosidade, a ciência e arte, etc” (List, 2006, p. 290).

Por esse motivo, List critica a escola clássica, em particular Adam Smith, por falhar em reconhecer a centralidade da nação ao tomar os fenômenos econômicos sem considerar a história e por colocar o conceito de indivíduo no centro de sua análise. Segundo List, a perspectiva individualista de Smith não leva em conta as particularidades históricas e culturais que moldam as economias nacionais. Assim, sem investigar a natureza mais ampla das forças produtivas, a escola clássica negligencia a importância de um desenvolvimento equilibrado “[...] da agricultura, das manufacturas [sic] e do comércio, do poder político e da riqueza interna, mas sobretudo o valor de uma força de manufactura [sic] específica de uma nação, desenvolvida conforme todas as suas ramificações” (List, 2006, p. 295). List argumenta que apenas através do reconhecimento dessas forças produtivas e da consideração das especificidades nacionais é possível alcançar um progresso econômico real, criticando a abordagem cosmopolita e a-histórica da economia política clássica.

Todavia, é importante considerada que o foco de Smith no trabalho material pode ser compreendido como um recorte de pesquisa legítimo, dado seu contexto histórico. Isto é, em sua época, o comércio e a economia eram predominantemente voltados para o trabalho material, e o estudo das forças produtivas intelectuais e culturais ainda não tinha o mesmo espaço nas análises econômicas. Assim, embora List veja essa limitação como uma falha e a coloque como um dos pilares de sua crítica, é possível interpretá-la como uma escolha de enfoque que refletia as condições comerciais e tecnológicas do período de Smith⁵.

5 Vale dizer que a ciência econômica, como outras ciências, frequentemente avança a partir de recortes específicos, e é papel de autores posteriores, como List, expandir e refinar essas teorias para incluir novas dimensões da análise econômica, como as forças produtivas intelectuais e o papel das instituições nacionais.

Considerações finais

A respeito da teoria de Smith, percebi que o conceito de divisão do trabalho não apenas abre sua principal obra, mas fornece as bases para as posteriores argumentações a respeito da economia. Nesse âmbito, a divisão do trabalho se revela como a unidade das forças econômicas no contexto da sociedade comercial, caracterizada pelas trocas dos diversos produtos dos trabalhos individuais. Ao invés de pensar nesta sociedade a nível de suas instituições, Smith a pensa de acordo com os indivíduos: perseguindo seus desejos e aspirações e fazendo valer seus interesses pessoais, os indivíduos contribuiriam para o progresso social.

List, no entanto, argumenta que o progresso social deve ser pensado a nível nacional, não de acordo somente com os indivíduos que compõem uma nação, mas com as instituições que a regem. Para isto, a economia política não pode se resumir às ideias cosmopolitas e ao individualismo, tendo de pensar a economia da nação ao lado de sua política, de sua moral e de sua cultura, sob o aporte do método histórico. Colocando a nacionalidade como a diferença crucial de sua economia política para as outras, List engendra uma crítica à economia política clássica e traz à história do pensamento econômico, talvez pela primeira vez, a necessidade de pensar a economia de um país de acordo com suas particularidades.

Este artigo procurou mostrar as diferenças fundamentais entre as concepções de List e de Smith acerca de quais devem ser os pressupostos da teoria econômica. De certo modo, o rompimento de List com a economia política clássica é como se fosse uma introdução, na história da economia política, à “batalha dos métodos” (*Methodenstreit*) entre a escola histórica alemã e o marginalismo, na segunda metade do século XIX.

Referências

AVILA, Róber Iturriet. **Do homem smithiano ao homo economicus: egoísmo e dissolução da moral.** Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

CURI, Guilherme Habib Santos. **O valor-trabalho: a substância do valor na economia política clássica.** Dissertação de Mestrado do Programa de Mestrado em Filosofia da UFMG, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/BUBD-AFCP3E>>.

DE MELLO FILHO, M. S. B.; SILVEIRA, M. D. **Economia política e economia nacional segundo Gustav Schmoller.** XXIV Encontro Nacional de Economia Política, 2019.

FILHO, Alcides Goularti. List e o sistema nacional de economia política. **Leituras de Eco-**

nomia Política, Campinas, (7): 105-114, jun./dez, 1999, p. 105-114.

KUNTZ, Rolf. **François Quesnay e a fundação da economia moderna**. In: QUESNAY. São Paulo: Ática, 1984, p. 7-42.

LIST, Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2006.

PEREIRA, L. M. P.; MENEZES, S. L. Sobre idéias e instituições: a riqueza das nações ou a riqueza da nação? As idéias de Adam Smith e Friedrich List sobre o desenvolvimento do capitalismo. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 30, n. 1, 2008, p. 87-95.

QUESNAY, François. **Quadro Econômico dos Fisiocratas**. Col. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 249-343.

RUBIN, Isaak Illich. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2014.

SANTOS, Antonio T. L. Araújo dos; BIANCHI, Ana Maria. Além do cânon: mão invisível, ordem natural e instituições. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 37, 2007, p. 635-662.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**, Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SMITH, Adam. **Teoria dos sentimentos morais**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.